

---

# "MIENTRAS VOLABAN CORREOS POR LOS PUEBLOS": AUTOGOVERNO E PRÁTICAS LETRADAS NAS MISSÕES GUARANI – SÉCULO XVIII\*

*Eduardo Neumann*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil*

**Resumo:** *Em meados do século XVIII foi firmado o Tratado de Madri (1750) entre as duas monarquias ibéricas, procurando definir uma nova fronteira na América meridional. Esse tratado refletiu-se de maneira acentuada entre os índios Guarani aldeados sob a tutela da Companhia de Jesus, deflagrando uma rebelião colonial conhecida na historiografia como Guerra Guaranítica (1754-1756). Esse período foi marcado por uma intensa troca de correspondência entre jesuítas, autoridades peninsulares e os Guarani. A elite letrada das missões, através dos índios principais, externaram seu ponto de vista por escrito, procurando anular ou impedir a execução desse tratado. Os documentos produzidos pelos Guarani sublevados diante da presença das comissões demarcadoras na América meridional, seja na forma de bilhetes, cartas ou avisos, permitem repensar as relações estabelecidas entre esses índios e a escrita, e sinalizam uma discussão pouco referida pela historiografia, ou seja, a existência da defesa por escrito do ponto de vista nativo.*

**Palavras-chave:** *escrita indígena, Guerra Guaranítica, missões guarani, práticas letradas.*

**Abstract:** *In the middle XVIIIth century, the "Tratado de Madrid" (1750) took place between Portugal and Spain. Both countries were looking forward to define the new southern Latin America frontier. The Tratado de Madrid had a strongly impact over the indians communities under Jesuits influence, starting colonial rebellion named Guaranitic War (1754-1756). During this period an intense communication by mail between the Spanish authorities, priests and the Guarani was noticed. The "índios principais" - the Missions writing elite - expressed their*

---

\* Agradeço a leitura e comentários extremamente oportunos de Guillermo Wilde a este artigo. Ele foi redigido durante minha estada em Madri, com uma bolsa "sanduíche", da Capes.

*opinion writing letters in the way to cancel the Tratado de Madrid. The different kinds of documents produced by the insurgent Guaranis letters, notes and messages- let us to rethink the relation between the indians and the writing culture. It also indicates the lack of attention in the historical debate to the native point of view expressed by writing.*

**Keywords:** *Guarani missions, Guaranitic War, writing indian, writing practices.*

*Mientras volaban correos por los pueblos*<sup>1</sup> são as palavras utilizadas pelo jesuíta missioneiro Thadeo Xavier Henis, no seu diário, para referir-se, em meados do século XVIII, à intensa troca de bilhetes e cartas entre os Guarani das missões. Uma troca de comunicação escrita deflagrada diante da presença das comissões demarcadoras encarregadas de definir os novos limites fronteiriços na América meridional.

Na América hispânica, o reconhecimento da existência de textos produzidos pelos próprios indígenas tem permitido repensar a experiência do contato e evidenciar o protagonismo destes em conflitos dessa natureza (Lienhard, 1992a). Atualmente, a atenção dos historiadores pelos documentos e textos redigidos pelos nativos americanos, aliada a um diálogo com a antropologia, tem proporcionado novos aportes para a análise sociocultural. Todavia, essa discussão ainda não havia despertado a devida atenção por parte dos historiadores interessados na temática missioneira. Somente os lingüistas sinalizaram, pioneiramente, a existência de textos escritos pelos Guarani na sua própria língua (Melia, 1969, 1992; Morinigo, 1946). Entretanto, essas análises não aplicavam os pressupostos teóricos-metodológicos do fazer histórico (Melia, 1999).

Nesse artigo, analiso a intensa circulação de cartas e bilhetes dos índios e as tentativas destes em interceptar a correspondência dos comissários demarcadores, fato que evidencia as disputas pelo controle das informações por parte dos diferentes agentes sociais envolvidos. Esse momento é

---

<sup>1</sup> *Colección General de Documentos tocantes á la tercera época de las conmociones de los Regulares de la Compañía en el Paraguay. Contiene El reino jesuítico del Paraguay, por siglo y medio negado y oculto, hoy demostrado y descubierto. Su autor D. Bernardo Ibáñez de Echavarri. Va añadido el Diario de la Guerra de los Guaranies, escrito por el P. Tadeo Henis. Tomo Quarto. Con licencia del Consejo en el Extraordinario. En Madrid: En la Imprenta Real de la Gazeta. Año de MDCCLXX. Original no A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7400, 20-21. Diario de Padre Thadeo Xavier Henis.*

especialmente dramático diante da redefinição de aliados e oponentes no mundo colonial, no caso o período em que transcorreu a Guerra Guaranítica. Os documentos escritos pelos índios, em sua maioria redigidos em guarani, ou suas traduções ao espanhol, revelam o interesse pelo domínio das informações contidas nos papéis, e indicam como a escrita corroborou as práticas de um autogoverno guarani.

Quando o Tratado de Madri (1750) foi notificado aos índios, e estes souberam da necessidade de entregarem sete dos mais florescentes povoados aos seus inimigos históricos, no caso os lusitanos, começava uma sublevação envolvendo os Guarani que habitavam as reduções orientais.

A negativa dos indígenas à ordem de transmigração da população dessas reduções, e o posterior desacato às determinações dos jesuítas, implicou o estremecimento das relações entre ambos. Apesar dos esforços empreendidos em 1752, no sentido de colocar em prática a mudança desses milhares de índios (aproximadamente 30 mil), não foi possível convencê-los completamente da nova medida. No ano seguinte, com a chegada dos comissários demarcadores enviadas pelas monarquias ibéricas ao território implicado na permuta, iniciava-se um dos capítulos mais intensos e polêmicos da história da América meridional.

Pela primeira vez Portugal e Espanha conjugavam esforços para colocar em prática um Tratado decidido na península Ibérica e que alterava a geopolítica colonial em suas possessões ultramarinas. A reação indígena foi de dupla ordem: escrita e armada. Nesse período de conflito redigiram os Guarani inúmeros documentos, destinados a seus parentes, padres ou autoridades, procurando defender os seus interesses.

Como as reivindicações dos *índios principais* não foram atendidas, esses decidiram pela insurreição armada, e em 1754 eclodia uma rebelião colonial conhecida na historiografia como “Guerra Guaranítica”.<sup>2</sup> Por esse motivo, no transcurso do período de sublevação, os índios foram considerados por parte das autoridades hispano-lusitanas como rebeldes, por desacatarem abertamente as ordens e determinações das monarquias ibéricas. Essa guerra eclodia em defesa do interesse indígena em detrimento das decisões metropolitanas, sendo um dos temas mais recorrentes na

---

<sup>2</sup> A própria denominação de “Guerra Guaranítica” implica uma idéia equivocada de conflito generalizado, visto que nem todas reduções estavam envolvidas na permuta, ou sofreriam seus efeitos. Para uma outra interpretação desse conflito, ver Barral (1992, p. 252-258).

historiografia das missões guarani, pois significou a maior crise da Província Jesuítica do Paraguai, desencadeando o processo de desestabilização do espaço missionário a partir de meados do século XVIII.

Todavia, mesmo que a elite letrada das missões tenha recorrido à escrita para reivindicar suas prerrogativas históricas e exercer seu autogoverno, não obteve, mediante esses recursos, a manutenção dos seus privilégios. Dessa maneira iniciava a fase dos conflitos (1754-1757), quando os Guarani missionários procuraram através de diversos meios impedir a execução do referido tratado, e que culminou na sua derrota em fevereiro de 1756, todavia sem eliminar completamente a resistência indígena.

### Cultura escrita e práticas letradas guarani nas missões

A aquisição e uso freqüente da escrita (alfabética) por uma sociedade até então ágrafa (guarani) é uma situação singular no mundo colonial hispano-americano. A rápida difusão e aceitação da tecnologia do escrito entre os índios das missões despertava novas formas de sociabilidade e mesmo de relações de poder.

O impacto da alfabetização na organização social e as inovações operadas a partir da aquisição da cultura letrada já foram analisados por Jack Goody (1988), que estabeleceu as diferenças gerais entre “sociedades com e sem escrita” e as conseqüências do que chamou “razão gráfica”, ou seja, o resultado mais visível da domesticação do pensamento selvagem. A redução gramatical da língua guarani, e sua conseqüente dicionarização, potencializou a transição de um regime de registro baseado exclusivamente na oralidade para outro, calcado na escrita, e na maioria dos casos análogos conhecidos essa passagem deflagrou uma diferenciação nos níveis socioculturais prístinos.<sup>3</sup> Assim, a alfabetização promovida nas reduções facultou a alguns índios, e particularmente àqueles que integravam os *cabildos*, espécie de conselho de cada redução, a prerrogativa de fazer uso da escrita alfabética. Cada *cabildo* contava com um corregedor, principal autoridade civil nativa, secundado por um tenente-corregedor, que atuavam conjuntamente com os demais oficiais.

Essas magistraturas eram definidas pela própria condição colonial, pois

---

<sup>3</sup> Quanto ao potencial de diferenciação social da escrita, ver Goody (1987).

o léxico da língua guarani pré-contato não contemplava uma denominação para essas funções, visto inexistirem essas categorias nas sociedades indígenas. Assim foram gerados neologismos a partir da língua guarani para designar estes ofícios no *cabildo*.<sup>4</sup> Todos os índios que participavam dessas reuniões eram conhecidos como *Cabildoiguara (cabildantes)*, e havia um *Quatiapohar*, (escrivão), responsável pela redação dos documentos. Era este que redigia as atas dessas sessões, embora o início do registro dessas reuniões seja considerado tardio nas missões.<sup>5</sup>

Conforme a observação do jesuíta José Cardiel, que atuou nas missões em meados do século XVIII, compareciam à escola os filhos

[...] de los caciques, de los cabildantes, de los músicos, de los mayordomos, de los oficiales mecánicos; todos los cuales componian la nobleza del pueblo en su modo de concebir y también vienen otros si lo pide sus padres [...]. (Cardiel, 1913, p. 557).

Estes eram os *índios principais* de uma redução, personagens fundamentais no processo de mediação entre jesuítas e a população missioneira.

Havia, portanto, por parte dos padres um tratamento diferencial aos *índios de respecto y benemeritos*, ou seja, aos corregedores, caciques, capitães, alcaides maiores e os componentes dos *cabildos* das reduções (*cabildantes*), todos os quais podemos assim identificar como parte de uma elite indígena das missões. Certamente essa elite não se apresentava de maneira homogênea, e nem mesmo todos índios que a integravam eram letrados. A consulta à documentação indígena indica que existiram caciques “ágrafos”, ou melhor, incapazes de assinar o próprio nome. Os índios principais de cada redução, quando habilitados na escrita, costumavam indicar a sua patente, atitude que pressupõe uma valorização dessa hierarquia. As distintas atribuições exercidas e sua valorização aparecem especificadas na documentação. O corregedor, principal magistratura nas

---

<sup>4</sup> Sobre neologismos e deslocamentos semânticos operados na sociedade Guarani, ver Chamorro (2002).

<sup>5</sup> Segundo Morinigo (1946), a prova de seu argumento é o fato de que “alguns documentos relatam sucessos muito antigos, o que quer dizer que no momento em que estes aconteciam não foram comunicados pelos *cabildos* às autoridades competentes como era de esperar-se, porque ainda não estavam oficialmente constituídos”.

reduções, costumava iniciar as atas lavrando o seguinte termo: *Che corregidor haé Cabildo* (Eu o corregedor e o *cabildo*).

Esses índios possuíam as condições de fixar os acontecimentos através da escrita, expressando um pensamento que não é mais apenas indígena ou europeu, mas fruto da ocidentalização (Gruzinski, 1991). As adaptações e reapropriações esboçadas pelos índios diante do fascínio do Ocidente (escrita, livros e imagens) determinaram a reestruturação do imaginário, deflagrando a mestiçagem cultural (Gruzinski, 1999). Igualmente, eram os integrantes dessa elite que vocalizavam as ordens e repassavam as decisões aos demais índios, partilhando com os não leitores as informações que chegavam por escrito às missões guarani. O papel desempenhado por essa elite nativa pode ser mensurado nas funções administrativas existentes em cada redução e nos mecanismos de cooptação acionados para o êxito da ação missionária. Afinal, cada redução contava apenas com um ou dois jesuítas para atender uma população que variava entre dois a três mil índios; sem a colaboração desses *índios principais*, seria impossível a organização e o controle das atividades em geral. Esses Guarani atuavam como mediadores diretos entre os jesuítas e as demandas missioneiras.

As funções dessa elite ilustrada não estavam circunscritas apenas às questões capitulares, muito pelo contrário, abrangiam do gerenciamento material às manifestações religiosas e culturais de cada redução. Um exemplo dessa colaboração e do nível cultural atingido é o comentário de Francisco Xarque, jesuíta que no último quarto do século XVII referiu-se a

[...] un Cacique Loreto (que al presente vive) se ocupa de componer Platicas, y Sermones en su lengua, con la disposición, que pudiera un sabio Predicador, de tema, narración, exordio, pruebas con lugares de Escritura, y Santos, ponderación, persuasión, epílogo etc. quando ignora algun lugar, le preguntan à un Padre. Asi escritos los Sermones, los ofrece à los Padres, que entra de nuevo en aquellas Misiones, y les sirven para empezar, mas que los Cartapacios de Hortensios, y otros mas celebrados Oradores, porque están discurridos mas al genio de los Indios. (Xarque, 1687, p. 361).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Apesar de que sua obra foi escrita longe do Paraguai colonial, o autor aporta dados interessantes de sua própria experiência missional, e também aproveita escritos de outros jesuítas.

Entretanto, é considerado exemplo maior do excelente domínio das “práticas letradas”<sup>7</sup> o cacique da redução de Santa Maria La Mayor, Nicolas Yapuguai, que em 1727 recriou em língua guarani o livro *Sermones y Ejemplos en Lengua Guarani*. Este cacique ilustrado, que também era músico, atuou ao lado do padre Restivo, gramático que reescreveu a obra de Montoya, procurando atualizá-la. O papel de Yapuguai nessa tarefa, apesar do seu protagonismo, pode ser considerado como o de um auxiliar, um braço direito desse jesuíta, pois sua escritura foi supervisionada conforme a indicação ao final da obra: “Con dirección del P. Pablo Restivo de la Companhia de Jesus” (Tun, 2000). Houve, enfim, um controle do que se escrevia e como era escrito.

Portanto, foi nesse contexto de domínio das práticas letradas, de habilidades compartilhadas por um grupo de índios alfabetizados, que em 1752 os Guarani da redução de São João enviaram a primeira carta ao padre comissário. Em julho de 1753 voltariam a externar coletivamente seu ponto de vista, por escrito, na sua língua, procurando anular ou impedir a execução do Tratado de Madri. Os documentos foram redigidos em guarani e traduzidos ao espanhol, evidenciando o interesse em conhecer as informações enviadas pelos índios. Argumentavam os *cabildantes* quanto às suas prerrogativas históricas sobre essas terras, reconhecidas pelo próprio rei de Espanha em diversas reais cédulas, enfatizando exatamente as funções de guerra prestadas contra os portugueses.

As manifestações dos índios em defesa de seus interesses, portanto, não estiveram restritas unicamente à reação armada. Vários documentos a antecedem e foram redigidos procurando resguardar a fronteira e evitar o avanço dos exércitos ibéricos. Nas reduções era essa elite indígena que reunia as melhores condições para expressar suas opiniões e posições quanto aos acontecimentos em curso. Assim, foi entre os índios que participavam das sessões dos *cabildos* missioneiros, pela prática e familiaridade no manuseio da palavra, que surgiram as melhores oportunidades de oposição verbal e escrita, em língua guarani, à nova linha de fronteira pretendida pelos demarcadores ibéricos.

---

<sup>7</sup> As “práticas letradas” remetem às análises de João Hansen (1999), forjadas a partir do ponto de vista da retórica.

## Chasques, cartas e correios: a escrita circulando nas reduções

Os bilhetes, as cartas e os chasques<sup>8</sup> (mensageiros) indígenas são expedientes voltados para a negociação, e multiplicam-se nos períodos agudos de conflito étnico-social, momento em que se contrapõem “índios” e “não índios” na sociedade colonial. A profusão de documentos em guarani, redigidos pelos índios, está relacionada ao início dos trabalhos de demarcação de limites, ocasião em que surgiram diversas manifestações de repúdio às decisões metropolitanas, oportunidade em que estes manifestaram o seu ponto de vista por escrito (e verbalmente), em inúmeras ocasiões, procurando anular ou impedir a execução do Tratado de Madri.

Diante da grande circulação de mensagens nesse período, os Guarani mostraram interesse em interceptar as cartas enviadas aos comissários e jesuítas, visto que estavam motivados pela busca de informações a respeito da presença desses comissários, e sobretudo de portugueses, em seu território. O padre Luís Lope Altamirano, jesuíta designado como comissário para o tratado, informou a Valdelirios, comissário espanhol, a respeito da dificuldade em fazer chegar as cartas que enviava ou receber as que lhe eram expedidas. Em uma nota, ao final de sua correspondência com Valdelirios, redigida em Yapeyu, datada de 20 de agosto de 1752, este jesuíta registrou que

los chasques de acá, no son promptos, ni seguros hoy: no por eso escusare de avisar a V.S las novedades que aviere, aunque exponga mi carta a contigencia. Yo espero, que V.S me dirija sus ordenes por Santa Fe, de Santa Fe al Yapeyu, de donde me embiaran el pliego de V.S al Pueblo, donde yo este.<sup>9</sup>

Em carta anterior, de junho desse mesmo ano, Altamirano, ainda em Buenos Aires, já alertava sobre o problema com a circulação das cartas, solicitando “chasque españoles” para garantir segurança à informação enviada.<sup>10</sup> Muitas cartas foram confiscadas pelos índios, e após serem lidas,

---

<sup>8</sup> *Chasquis*: voz andina (quéchua) para mensageiro. Os incas não tinham escrita, e as mensagens eram transmitidas verbalmente com a ajuda dos *quipus* (sistema de cordéis coloridos com nós).

<sup>9</sup> A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7426, documento 55.

<sup>10</sup> A. G. S. Legajo 7426, documento 55.

e nem sempre bem compreendidas (pois haviam poucos leitores habilitados na língua castelhana e o domínio apresentado pelos índios no idioma espanhol era sobretudo oral), muitas eram lançadas ao fogo. Caso a carta apresentasse alguma ordem suspeita endereçada ao comissário, vice-comissário ou padre Roque, bastava apresentar o nome de algum dos três no envelope, que, seguramente, se rasgava a carta ou se atirava ao fogo, dizendo:

[...] *Cone añanga quatia, to cay mburu*, esto es: esta es carta del Diablo, al fuego con ella y quemese con la maldición, ô con la trampa, porque de todos los Padres se sospechaban pero especialmente de estos tres.<sup>11</sup>

Essa preocupação com o controle da correspondência, a sua e a dos outros, indica que a sociedade missioneira mobilizou-se em torno dos cuidados com os procedimentos escritos e a credibilidade atribuída a esses trâmites junto à administração colonial<sup>12</sup>. A decisão dos Guarani de manifestarem por escrito suas opiniões legou aos historiadores documentos que permitem avaliar o elevado grau de insatisfação e a mobilização desses índios, explicitando sobretudo a importância atribuída à cultura escrita por uma sociedade em um dado momento. Afinal, como destacara o renomado historiador francês Roger Chartier (1991), a escrita “[...] dota de competências culturais populações que antes estavam excluídas do mundo do texto”, o que permitiu alçar os Guarani à condição de homens letrados capazes de manusear os códigos retóricos do colonizador.

A importância da escrita, independentemente da modalidade gráfica desenvolvida, reside no fato de que cria um novo meio de comunicação entre os homens, preservando através do tempo informações, em contraponto à transitoriedade da oralidade, todavia sem prescindir desta. A escrita permite salvaguardar informações básicas através do registro gráfico, atuando como um arquivo da memória; desse modo, tanto influencia as lembranças quanto produz os esquecimentos, apresentando uma nova possibilidade de recompor, de narrar o acontecido. Segundo Michel de Certeau (1999), escrever é uma

---

<sup>11</sup> A. H. N. Legajo 120, documento 52. Carta del Pe Escandon al P. Gervasoni. Cordoba, 2 de septiembre de 1754. p. 27 y verso.

<sup>12</sup> Quanto ao potencial da escritura em reestruturar a consciência, ver Ong (1998).

prática mítica “moderna”, pois reorganiza aos poucos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história. Nesse sentido, a “[...] origem não é mais aquilo que se narra, mas a atividade multiforme e murmurante de produtos do texto e de produzir a sociedade como texto” (Certeau, 1999, p. 224). A escrita é vista como uma forma de progresso, possibilitando um distanciamento, um apartar-se do mundo mágico das vozes e da tradição. Dessa maneira se esboça uma fronteira e uma frente da cultura ocidental.

Foi exatamente o domínio das práticas letradas que permitiu aos Guarani ilustrados, em momentos de crise, recorrerem ao expediente da comunicação escrita, enviando cartas ou afixando bilhetes com mensagens hostis à presença das comissões demarcadoras. Nessas epístolas argumentavam a respeito de sua prerrogativa histórica sobre essas terras, além de sua ancestralidade em relação ao território. A materialidade dos escritos é que poderia variar, o conteúdo não, como indicam as inscrições em papel, cruces de madeira e mesmo escritos em couro.

Contudo, a principal materialidade desses documentos foram os bilhetes e as cartas, redigidos em papel pelos próprios índios, procurando comunicar as autoridades a respeito da sua posição quanto ao tratado em curso.<sup>13</sup> Muito provavelmente essa prática epistolar dos índios foi estimulada e acentuada a partir da observação freqüente das trocas de missivas entre os padres missionários e o comissário Altamirano. Em 1752, os jesuítas responsáveis pelas reduções sublevadas buscavam atualizar o comissário quanto aos avanços e recuos a respeito da tentativa de convencer os índios da necessidade de mudança, o que ao final resultou infrutífera. Depois de um breve e inicial período de convencimento dos índios, os jesuítas esbarraram exatamente na oposição empedernida da população de São Nicolau, a mais intransigente à ordem de mudança. O recurso acionado foi a escrita, que serviu de meio para insuflar os demais, pois os índios de São Nicolau “[...] siempre constantes en su resolución no dejavan en este tiempo de enviar mensajes a los demás para persuadirles, que no consistiesen en la mudanza y lo hicieron tan bien [...]”<sup>14</sup> que lograram, através da ação de alguns principais, sublevar os índios de São Miguel. Um dos principais

---

<sup>13</sup> A respeito do papel desempenhado pelas cartas nos séculos XVII e XIX, ver Mestre Sanchis (1999-2000).

<sup>14</sup> A. H. N. Legajo 120j, caja 1, doc 7 (Breve resumen del Tratado entre la España y Portugal tocante a varias Provincias de la América Meridional).

artífices da operação de resistência nicolaísta foi Cristoval Paica, “[...] de genio demasiadamente vivo para Indios, y aun medio alocado”, segundo a opinião do ex-provincial do Paraguai, Manuel Quirini.<sup>15</sup> Devido à ação desse índio, a resistência alastrou-se, posteriormente, às demais reduções, visto que três delas, no caso, São Lourenço, São Luís e São Borja, já haviam dado início à mudança.

Foi assim que, em março de 1753, começaram a “voar correios” entre as reduções. A correspondência estava direcionada tanto aos comissários como aos jesuítas e índios, e demonstra o amplo uso que a palavra escrita chegou a experimentar no âmbito missioneiro, sendo que essa situação inusitada foi decorrência imediata das ordens de transmigração. Esse fato liberou a escrita indígena, anteriormente muito controlada pela presença dos missionários.<sup>16</sup> Os jesuítas durante muitas décadas controlaram o acesso dos índios aos instrumentos da leitura e, principalmente, escrita, o que implicava medidas restritivas. Em 1667, o provincial em exercício no Paraguai, Andrés Rada, determina que

no se permita que los Indios lean nuestras Reglas en romance cuando se le en el refitório, sino en latin, ni que vean nuestros ordenes o instrucciones o cartas de los Superiores porque se eviten algunos inconvenientes, ni que entren en nuestros aposentos estando el padre ausente, para que se escuse que anden nuestros libros en manos de Indios y falten otras cosas del aposento, de que lean las cartas, y papeles que el P. e dexa en la mesa, y pacen las noticias a los demás Indios; todo lo qual ya se de gran inconveniente sea.<sup>17</sup>

Portanto, com a emancipação da escrita, diante do conflito determinado pela demarcação, as cartas começaram a surgir em grande quantidade. Um exemplo possível é a carta enviada da estância de Santo Antonio, em 3 de março de 1753, pelos índios de San Miguel ao comissário espanhol Juan

---

<sup>15</sup> R. A. H. Manuscrito. *Sobre el Tratado con Portugal en 1750 por el Pe Manuel Quirino*. Sig: 9/2279.

<sup>16</sup> “Si la alfabetización misionera alcanza posiblemente, en esta área, un mayor porcentaje de la población que en México (para no hablar de las áreas menos privilegiadas), el control misionero sobre la cultura literaria es mucho más estricto.” (Lienhard, 1992a, p. 70).

<sup>17</sup> Cartas de los P. P. Generales de la Compañía de Jesús y de varios Provinciales sobre las misiones del Paraguay, 16 de Julio 1623 a 19 de septiembre 1754. Mss. 6976. Biblioteca Nacional/Madrid (Sala Cervantes).

Echavarria,<sup>18</sup> ou a carta dos miguelistas aos seus companheiros, como ao padre Thadeo Xavier Henis, informando a respeito dos distúrbios e medidas a serem adotadas.<sup>19</sup>

O conteúdo das cartas, além da recusa em cumprir as disposições de mudança, indicavam a decisão de autogovernar-se dos Guarani, relegando aos padres apenas as tarefas concernentes ao governo espiritual, sendo que nesse momento o governo temporal passava a ser uma incumbência exclusivamente da alçada indígena. Em meio a situações tensas, alguns jesuítas foram mantidos incomunicáveis ou ameaçados de morte. A liderança indígena guarani estava começando sua trajetória (Wilde, 2003).

Houve diferentes reações à tentativa de cooptação dos corregedores, conhecidos e tidos como homens de confiança dos jesuítas, sendo os principais mediadores entre a massa indígena e os padres. Alguns corregedores chegaram inclusive a ter suas vidas ameaçadas, ou foram afastados das suas funções, porque procuraram convencer os demais da necessidade da transmigração. A carta do missioneiro Lorenzo Balda, remetida ao comissário Altamirano, escrita em São Miguel no dia 19 de janeiro de 1753, evidencia essa tensão:

Dieronme palabra que no se haria daño pero que se les quitase el Corregidor y que nadie les tocasse mas punto de mudanza; y volviendose a mi me dixeron que les mandasse cuanto yo quisiese, que me odeberian, pero que jamás le tocasse dicho punto.<sup>20</sup>

Diversos episódios foram protagonizados nas reduções orientais pela cizânia gerada entre os índios principais e os corregedores, devido ao fato dos últimos postarem-se de maneira favorável à mudança; fato que estava em desacordo frontal com a decisão dos caciques e demais integrantes do *cabildo*. O padre Luis Charlet, missioneiro responsável pela redução de São Lourenço, em carta a Altamirano, datada de 27 de março de 1753, expressava com clareza essa nova realidade:

---

<sup>18</sup> A. H. N. Clero-Jesuitas, Legajo 120j, doc 7.

<sup>19</sup> *Documentos relativos a la ejecución del tratado de límites de 1750*. Instituto Geográfico Militar, Republica Oriental del Uruguay, El Siglo Ilustrado, vol XIII (1), Montevideo, 1938.

<sup>20</sup> A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7378. (Documento 37-cópia).

Los caciques sin que lo sepamos, si hacer caso de nosotros, envían su gente, se avisan con sus papeles de día, y de noche, y dicen que si los españoles vienen a ayudar los portugueses que irán, que harán [...].<sup>21</sup>

Nesse momento, a voz dos caciques se impôs diante do rompimento da aliança jesuíta-guarani,<sup>22</sup> e o expediente da comunicação escrita atendia tanto a necessidade de diligência no repasse das informações, sem que isso implicasse a ausência desses *índios principais*, quanto procurava equiparar as decisões indígenas àquelas que foram tomadas pelos comissários demarcadores. A escrita, muito acionada nessa ocasião, reflete uma nova condição, ou seja, a de configurar um autogoverno indígena nas missões.

Os índios reconheciam a relevância do trabalho executado pelos padres nas questões espirituais, mas negavam-se a seguir acatando as ordens relativas às questões temporais. Em certa ocasião, ao tentar recuperar o controle outrora existente, o jesuíta missioneiro Tadeo Xavier Henis ameaçou abandonar os índios. Como resposta, um cacique vocalizou a seguinte sentença em guarani: *Peyepeayape orehegui oracione* (Haveis de apartar de nós a oração).<sup>23</sup> A palavra agora não era apenas um atributo dos padres, e os Guarani tomaram a si as decisões referentes a temas que extravasavam o âmbito capitular, que sempre estiveram pendentes, em última instância, do aval de um superior.

A tentativa guarani de reverter a decisão metropolitana a favor da causa indígena resultou na redação de sete cartas, no mês de julho de 1753, por distintas reduções, todas dirigidas a Andonaegui, governador de Buenos Aires. Esses documentos, redigidos em língua guarani, são a expressão maior, mas não única, da articulação política dos índios e da noção histórica do momento que estavam vivendo. Seis delas são cartas assinadas coletivamente, e uma, individualmente, por Nicolas Neenguiru.<sup>24</sup>

O conteúdo era muito similar, mas oscilavam entre uma linguagem

---

<sup>21</sup> A. H. N. Clero-Jesuitas 120j, Caja 1, documento 7. Breve resumen del Tratado entre España y Portugal tocante a varias Provincias de la América Meridional, p. 20.

<sup>22</sup> Para maiores detalhes a respeito da aliança jesuíta-guarani, ver Avellaneda (1999).

<sup>23</sup> Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, documentos sobre o Tratado de 1750. Vol. I. Rio de Janeiro, 1938. Doc 139. Carta ao P. Superior Matias Stobel, datada de Santo Angel 6 de Julio de 1753. Assinada por Tadeo Xavier Enis, p. 383.

<sup>24</sup> A. H. N. Clero-Jesuitas, Legajo 120, documentos: 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38.

suplicante (religiosa) ou um tom mais incisivo (belicoso), pois nestas ocasiões de tensão “[...] el discurso indígena destinado a los ‘extraños’ se inscribe en la relación conflictiva entre el ‘colonizado’ y el ‘colonizador’” (Lienhard, 1992b, p. XIII), estando prioritariamente voltado para o enfrentamento.

Os Guarani apresentavam-se irredutíveis na sua decisão, e estavam orientados a partir de argumentos contundentes e decididos. Alertavam que lutariam até a morte em defesa de suas terras. As cartas mais determinadas partiram de São Miguel e São Nicolau, exatamente aquelas que passaram pelo processo de reterritorialização, por terem sido refundadas no final do século XVII na porção oriental (Neumann, 2000).

A partir de 1754 recrudescceu o uso da comunicação epistolar, diante da presença *in locus* dos exércitos ibéricos na região. A tentativa dos jesuítas de solucionar o impasse de maneira pacífica esbarrou na posição decidida dos índios. Negavam-se a acatar qualquer tipo de argumentos, mesmo quando eram vocalizados por suas principais lideranças. Manuel Quirini, após deixar de exercer as funções de provincial no Paraguai, reproduziu em sua relação uma carta atribuída a Sepé Tiaraju. Nessa epístola, datada de 17 de fevereiro de 1754, o administrador da redução de São Miguel respondia ao superior das missões e exortava os estanceiros a que deixassem suas terras e se mudassem ou que, pelo menos, permitissem sair os religiosos que ali estavam. Entretanto, mesmo procurando auxiliar os padres nessa tarefa, não deixou Sepé Tiaraju de recordar ao padre superior que os jesuítas

[...] son los que tienen y enseñan las buenas costumbres: Mirad que no los perdaís dejandolos irse de con vosotros, ni vosotros los deseéis) esto mismo repetio otras tres veces San Miguel al Cacique Don Alonso Tapayu: Y asi mi santo Padre Superior, tu y los demas P. P procurad que se encienda, y conserven la luz de la fe, y no que se apaguen en nosotros. Esto pido por amor de Dios N.Sr [...].<sup>25</sup>

Dessa maneira, Sepé cobrava uma atitude coerente dos missioneiros ao que haviam pregado e ensinado aos índios, recordando a estes a necessidade

---

<sup>25</sup> R. A. H. *Sobre el Tratado con Portugal en 1750.*

de manterem-se de acordo com os preceitos da religião católica. Mesmo Tiaraju, um índio que atuava como mediador nesse momento, não deixava de cobrar coerência dos jesuítas, e atuava com prudência, mas jamais de maneira subserviente. Este se manifestou novamente em agosto desse ano, enviando, da estância de La Yeguas de Santa Rosa, correspondência atualizada ao padre Miguel de Soto.<sup>26</sup>

O protagonismo desse índio miguelista passaria à posteridade por sua destacada atuação e liderança nos momentos de conflito. Dispomos de uns poucos registros escritos lavrados pelo próprio Sepé, todavia há inúmeras referências às suas peripécias. Um momento muito focalizado pela historiografia é o encontro entre Sepé e os portugueses nas proximidades do Rio Pardo, e que resultou na sua prisão. Esse episódio está descrito tanto pelo padre Thadeo Henis, em seu diário, como pelo índio administrador de San Luís, que foi aprisionado com Sepé. É dele, posteriormente um testemunho escrito do que havia vivenciado.<sup>27</sup> Logo depois que regressou à sua redução, Chrisanto Neranda elaborou “[...] una relación que escribio buelto a su Pueblo, en que a su modo les cuenta a sus paisanos todo el suceso”.<sup>28</sup> Esse texto, um testemunho individual, refletia um sentimento coletivo diante do estranhamento com o outro, no caso, o lusitano.

## Os usos da escrita: negociações e conflito nas missões orientais

Os diferentes tipos de textos que foram produzidos pelos índios guarani das missões, mesmo apresentando características escriturais (“literárias”) distintas, são difíceis de classificar. Uma periodização pautada em critérios poético-retóricos, conforme assinalou Martin Lienhard, apresenta pouco sentido, diante do fato de que estes “[...] textos no se inscriben, prioritariamente, en una dinámica literaria, sino en situaciones de conflicto” (Lienhard, 1992b, p. XIV). Igualmente, os textos classificados como indígenas, sejam os bilhetes, as cartas ou testemunhos, esbarram no limite metodológico de que muitos foram preservados de forma indireta, ou seja, sua condição de escrita foi gerada por uma “transcrição”, costumeiramente

<sup>26</sup> *Documentos relativos a la ejecución del tratado de limites de 1750*. Instituto Geográfico Militar, Republica Oriental del Uruguay, El Siglo Ilustrado, vol XIII (1), Montevideo, 1938.

<sup>27</sup> A. H. N. Legajo 120, caja 2, doc 56. Crisanto Neranda. No final do documento está escrito: “Traducción fielmente realizada do original por Bernardo Nussdorffer, San Carlos 1755”.

<sup>28</sup> R. A. H. *Sobre el Tratado con Portugal en 1750*. p. 183.

realizada de memória. Certamente que no caso missioneiro existem várias modalidades de textos lavrados pelos próprios índios, o que salvaguarda a legitimidade desses documentos. Todavia existem diversos escritos indígenas que estão pendentes de maior fidelidade, como aqueles que são fruto de uma tradução e o original foi perdido. Sendo assim, estamos diante de textos diretos e indiretos, produzidos em um momento de lutas pelo controle e também pelo registro desses conflitos, ao que é necessário agregar que muitos documentos significativos e representativos foram extraviados, remanescendo apenas informações indiretas sobre sua existência.<sup>29</sup>

A condição beligerante nas missões gerou novos conflitos, e conseqüentemente novos escritos, como os episódios deflagrados em 1754. Nesse ano, conjuntamente com o avanço lusitano pelo Jacuí, houve a tentativa hispânica de acessar o território missioneiro por outra via fluvial, o rio Ibicuí. Esse movimento em forma de pinça por parte dos exércitos ibéricos produziu dois focos de conflitos, um no rio Pardo, descrito acima, e outro às margens do rio Uruguai. Esses conflitos geraram uma documentação escrita que permite acompanhar as reações nativas ao avanço desses demarcadores em suas terras. Um aviso foi encontrado nas proximidades do arroio Garapey, com data de 8 de julho de 1754, cujo conteúdo alertava da proximidade de barcos espanhóis às reduções.<sup>30</sup>

A ofensiva hispânica culminou com a chamada Batalha do Daymal, de conseqüências negativas para os índios, mas que nem por isso determinou o término das hostilidades. Novamente a informação epistolar se fez presente, como indicam as fontes históricas localizadas em diferentes arquivos. Entre o material resgatado pelos espanhóis, após o conflito do Daymal, em 3 de outubro de 1754, figuram ao todo 16 documentos, e entre eles um livro mediano “compuesto de diex fojas a modo de octava hechas en pergamino rotulado en Yapeyu”.<sup>31</sup> Esse livro, que narra os acontecimentos em Yapeyu, a partir de 1752, é um exemplar singular tanto por sua materialidade, que denota um cuidado com a longevidade desse material, como diante da constante preocupação missioneira com o registro

---

<sup>29</sup> O historiador jesuíta Guillermo Furlong comenta que, através da leitura de Peramas, soube da existência de livros escritos por índios: “Uno que se llamaba Melchor y escribió la Historia del Pueblo de Corpus Christi. Era un volumen de cosas muy variadas, ya que reseñaba cuándo se fundó el pueblo de Corpus [...] Otro libro fue escrito por um indio del pueblo de San Javier, que era uno de los descendientes de los primeros pobladores.” (Furlong, 1962, p. 594).

<sup>30</sup> A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7379.

<sup>31</sup> A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7425, folio 146.

do momento que estavam vivenciando.

Os documentos mencionados acima comprovam a relevância que a escrita desfrutou nesse período de intensa agitação nas missões. Esses papéis também contribuem e “[...] aclaran la general sublevación de estas misiones y sus motores [...]” conforme o comentário de Thomas Hilson, comandante militar do exército espanhol nessa refrega. Muitos desses documentos estão assinados pelos *cabildantes* ou administradores de Yapeyu. O valor atribuído à informação epistolar fica patente no pedido de papel por parte dos índios aos seus parentes, material básico para a correspondência entre os Guarani.<sup>32</sup> Os destinatários dessas cartas eram os moradores de Yapeyu, para que tomassem conhecimento dos últimos movimentos das tropas hispânicas. Todavia sua motivação também era sagrada, pois, como eles próprios afirmavam, “esto escrivimos para que en nombre de Dios lo leas”. A escrita nas missões apresentava forte influência da reescritura religiosa, refletindo um ensino pautado em textos canônicos.

No transcurso da ofensiva portuguesa novos encontros foram celebrados com os índios revoltosos. Tal contato intercultural resultaria em um acordo escrito, celebrado nos moldes europeus. Em novembro de 1754, o exército comandado por Gomes Freire, acampado no passo do Jacuí, enfrentava sérias dificuldades, obrigando-o a negociar com os Guarani a retirada de suas tropas. Nessa ocasião, alguns índios missioneiros estabeleceram uma trégua com Freire. Por esse motivo, foi celebrada uma convenção de paz, com o objetivo de suspensão das armas. Os termos do armistício foram redigidos em “língua castellana e tape” e cinco caciques guarani e os demais oficiais ibéricos subscreveram o documento.<sup>33</sup>

Pelo exposto acima fica evidente que alguns índios da elite missioneira, em determinadas ocasiões, procuraram negociar com os demarcadores ibéricos, visando preservar os seus interesses, acordos que não eram consensuais entre os *índios principais* das reduções orientais. O protagonismo indígena nesse período está patente tanto na documentação produzida durante as negociações quanto nas práticas letradas que estes índios acionaram, no sentido de resguardarem seus interesses. Estavam,

---

<sup>32</sup> A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7425, folio 146: “Joseph Avire te llevo... 7 pliegos de papel blanco, en un canuto de taquara [...]”.

<sup>33</sup> “Copia da Convenção celebrada entre Gomes Freire de Andrade e os caciques para a suspensão das armas” em 14 de Nov 1754. Campo del Rio Jacuí. *Relação Abreviada da Republica que os religiosos das Províncias de Portugal e Hespanha estabelecerão*. Lisboa, 1757. p. 80.

alguns Guarani, estabelecendo uma linha de fronteira, redefinindo aliados e rivais, ocasião em que procuravam salvaguardar sua territorialidade, mesmo que para tanto fosse necessário reconhecer a presença portuguesa.

O mais inusitado dessa convenção é que, além de suspender temporariamente as hostilidades, ela serviu de reforço à prática da escrita entre os índios, posto que recorreram a esta para resguardarem seus interesses. Em resumo: a escrita atuava como elemento de credibilidade às negociações, e conferia aos envolvidos a idéia de que as decisões tomadas seriam respeitadas. O texto escrito desfrutava de grande preeminência no período colonial. Entretanto, o tempo demonstraria que a realidade dos fatos não contemplava os acordos efetuados no passado, mesmo quando essas negociações estavam registradas nos papéis.

### Outros exemplos de manifestações letradas indígenas

A consulta às informações históricas presentes em distintos documentos coloniais permite esboçar algumas idéias a respeito do papel desempenhado pelos índios letrados durante o período de litígio. São sujeitos singulares, tanto por sua posição de elite indígena e ilustrada quanto por sua atuação nesse contexto de crise frente à redefinição dos espaços coloniais.

O cruzamento das fontes históricas depositadas nos arquivos tem revelado a presença de distintos protagonistas indígenas nesse *alvoroto* missioneiro. Personagens como Cristoval Paica, Rafael Paracatu, Miguel Mayra, Pasqual Yaguapo, Valentin Ybarigua e Primo Ybarendá, entre outros, passam a fazer companhia àqueles índios eleitos pela historiografia dedicada ao tema. Antes os únicos ícones da resistência nativa eram, a saber: Sepé Tiaraju e Nicolas Neenguiru.

Diante do contato freqüente que as lideranças guarani mantiveram com as autoridades hispânicas, houve a preocupação e interesse dos jesuítas em registrar certos traços de caráter individual de alguns nativos. As referências aos índios, quando existentes, são sempre genéricas e descrevem atitudes muito padronizadas. Mas nesse momento, devido à atuação de alguns desses principais, as fontes acusam características mais particulares desses revoltosos. Visto que, em alguns momentos, foi necessário denunciar ou mesmo alertar quanto ao possível grau de periculosidade de algum índio, conseqüentemente houve a necessidade de nomeá-lo e, por vezes, descrevê-

lo.<sup>34</sup> É, dessa maneira, que surgem os nomes e sobrenomes dos índios principais ou letrados, sujeitos que recorreram à expressão escrita para difundir sua opinião ou contatar os demais.

Uma vez celebrado o armistício com os portugueses, o ano de 1755 foi de relativa calma, principalmente diante da retirada dos exércitos ibéricos. Nessa época, os Guarani mais engajados iniciam uma ampla “campanha” de esclarecimento aos demais indígenas, e procuram avisar ao padre superior a respeito da sua posição quanto à mudança. A escrita seria novamente o expediente de informação à distância, servindo tanto para atualizar os jesuítas como também para manter mobilizada e preparada a população missioneira para qualquer situação inesperada.

Nesse contexto, um documento *sui generis* foi a relação elaborada em San Miguel, em 16 de junho de 1755, encabeçada como “Argumentos que los indios devem presentar a los españoles”. O conteúdo era dirigido à população em geral. As informações estavam voltadas “para los indios que han de avistarse con los españoles, les ponga a la vista que han de decir los indios, para que lo oigan todos los caciques y cavildo”; esse texto foi redigido para ser lido em voz alta e estava assinado por Pasqual Yaguapo, índio miguelista e de destacada atuação na resistência guarani.<sup>35</sup> A escrita serviu de meio para informar e instrumentalizar a população quanto ao que deveria verbalizar para os demarcadores. Esse texto procurava padronizar um discurso e garantir maior eficácia à oposição nativa, evitando divergências.

O ano de 1755 não registrou enfrentamentos entre exércitos. Tampouco qualquer tipo de animosidade. Foi marcado pela estratégia indígena de disseminar avisos pelo território, repetindo aos plenipotenciários ibéricos a determinação guarani à resistência. Uma prática muito difundida pelos índios foi a das cartas afixadas em paus cravados no solo, como a que deixaram para o Marques de Valdelirios e posteriormente localizada por Andonaegui nas imediações de Santa Tecla (posto militar espanhol). A carta seguia um modelo de reescritura religiosa e justificava a primazia guarani sobre essas, terras alegando que estavam protegidas por São Miguel e Deus.

---

<sup>34</sup> A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7378. Documento 38 (Copia). Carta de Lorenzo Balda ao padre comisario Luis Altamirano: “[...] que ya años merecian estar desterrados. Pedro Payca, Miguel Mayra, Agustin Mayra que se hace cacique sin serlo. Estos han pervertido a los caciques siguientes, Alexandro Guaytipoi, que tiene 9 vassallos. Clemente Tariuma, que tiene 89. Bernabé Payare que tiene 53. Mariano Payca 44. Feray 106. Yaruí 82. y otros que handan a sombra detexado”. San Miguel y enero 18 de 1753.

<sup>35</sup> A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7410, folio 8 (Copia).

O conteúdo visava alertar os exércitos ibéricos coligados da inevitável reação guarani à sua presença. Era um informe anônimo, provavelmente lavrado em algum *cabildo* missioneiro.<sup>36</sup>

Essa mesma carta explicita que havia um consenso, bastante negativo, entre os índios a respeito de Gomes Freire, pois este havia desrespeitado a convenção de 1754, enganando conseqüentemente a todos que haviam se empenhado nesse acordo.<sup>37</sup> Estavam os Guarani cientes de que a paz era aparente e que haveria novas investidas contra as missões orientais, e tratavam, portanto, de preparar-se para o futuro. O estado de ânimo era bastante tenso, e havia um acentuado interesse por notícias de qualquer natureza. Assim foi que Valentin Ybarigua, no dia 5 de fevereiro, escreveu a Sepé solicitando o repasse imediato de qualquer informação.<sup>38</sup> Ybarigua era membro de uma das principais famílias da redução de São Miguel, e nessa época ocupava o posto de *mayordomo* (administrador) da referida redução. Sua carta é um exemplo, entre tantos, do uso que os Guarani reservaram à palavra escrita nesse período de conflito, e revela o interesse com a constante atualização diante da presença dos exércitos ibéricos no território missioneiro.

Todavia, em fevereiro de 1756, o rumo do conflito começava a mudar o seu curso. No dia 7, após um embate entre uma tropa do exército hispânico e os índios, tombou em combate Sepé Tiaraju. Após um conselho de guerra realizado às pressas para indicar um substituto de Sepé, foi registrado o maior confronto entre a milícia guarani e o exército coligado ibérico. No dia 10 desse mês ocorreu uma batalha que ficou conhecida na historiografia sobre o tema como a Batalha de Caiboaté. E, segundo o diário de Francisco Graell, oficial espanhol, a função durou uma hora e um quarto. Nessa contenda participaram índios egressos de nove reduções. E as baixas indígenas, segundo o mais modesto “[...] concepto, pasa de 1.200, incluyendo 154 prisioneros [...]”, conforme registrou o militar espanhol em

---

<sup>36</sup> A. G. S. Secretaria de Estado, Legajo 7424, doc. 459. Carta de los Caciques que encontro D. Joseph de Andonaegui colgada en un palo para mi. Santa Tecla, y Junio 13 año de 1755.

<sup>37</sup> Tradução: “El Governador del Paraguay, nos avissó bien que Dn Gomez Freire de Andrada V. M de Dios medite tu palabra en Yacuy. Nosotros Señor entonces nunca en esta vida triste nos dijo que nunca havíamos de andar, ni a nosotros nos estava bien el que nos haya engañado quando ni mas ni a V.M ni a Dios le parece bien que nos engañes”. A. G. S. Secretaria de Estado, Legajo 7424, documento 459. Santa Tecla, y Junio 13 año de 1755.

<sup>38</sup> “[...] escriban inmediatamente, y que todos los días escriban lo que hubiere de novo sin falta”. A. G. I. Audiencia de Buenos Aires, Legajo 42. (Copia 2).

seu diário (Graell, 1998, p. 50).

O registro escrito ainda seria acionado pelos índios em outras ocasiões. Um exemplo possível é a inscrição encontrada pelas comissões demarcadoras, em 1759, quando retornaram às proximidades do local onde ocorreu a Batalha de Caiboaté para concluir os trabalhos de demarcação. Nesse local encontraram uma cruz de madeira com uma inscrição em guarani. Era uma narrativa fúnebre, uma modalidade de escrita exposta, grafada na própria madeira, em memória a Sepé e aos demais soldados mortos nessa batalha.<sup>39</sup> Essa breve narrativa indica com exatidão o dia dos acontecimentos derradeiros, e está assinada por Miguel Mayra, um dos principais articuladores da resistência missioneira. Em 4 de março de 1756, Miguel Mayra, um dos mais revoltosos, registrou em uma grande cruz os últimos acontecimentos, que desarticularam a oposição indígena. Essa inscrição, em língua guarani, era uma breve relação histórica, e registrava sobretudo as perdas indígenas.

Apesar de sua contundência, essa inscrição exposta não serviu de epílogo às manifestações indígenas, e os Guarani sediciosos seguiram recorrendo à prática da palavra escrita. Em 20 de março deixaram outro bilhete, dessa vez endereçado a Andonaegui, governador de Buenos Aires. No transcurso da marcha até as missões orientais, foram localizadas várias mensagens comunicando a resistência guarani. O motivo desses avisos de “conteúdo hostil e impolítico”, por parte dos índios, era decorrência da presença dos exércitos nas suas terras. Nos diários dos oficiais demarcadores figuram várias informações, pois os escrivães registravam tudo que partia da ação dos índios.

Em termos gerais, podemos afirmar que em diferentes momentos as lideranças indígenas recorreram ao uso da escrita, na forma de cartas ou bilhetes, para informar os seus companheiros ou adversários. Essa estratégia permitia manter algum grau de unidade nessa ação e estabelecer o seu

---

<sup>39</sup> Año 1756. A 7 de febrero pipe omanô corregidor Jose Ventura Tiarayú Guarini pipe, sábado ramo. A 10 de Febrero pipe oya guarini guasu martes pipe, 9 taba Uruguay rebeguá 1500 soldados rebehae beiaere. Murubichá retá omanó ônga ape. A 4 de marzo pipe oyapouca ânga co Cruz marangatú. Don Miguel Mayra soldados reta upe. Tradução: “Ano de 1756. A 7 de fevereiro morreu o corregedor José [Sepé] Tiaraju em uma batalha que houve em dia de sábado. A 10 de fevereiro, em uma terça, houve uma grande batalha em que morreram, neste lugar, 1500 soldados e seus oficiais, pertencentes aos 9 Povos do Uruguai. A 4 de março mandou Miguel Mayra fazer esta cruz pelos soldados.” *Continuação do Diário da Prymeyra Partida de Demarcação*. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Cod: 22,1,19 (Mss encadernado / sem paginação). Cópia contemporânea. 15f.

autogoverno. A escrita criava um vínculo entre aqueles que buscavam nessa tecnologia um meio para o repasse dos últimos acontecimentos. As cartas eram mais seguras, visto que a informação não seria alvo de inúmeras distorções, sendo mais crível do que as *vozes* que circulavam, em um período marcado por uma grande profusão de boatos e informações desencontradas, mas sempre voltadas a difamar ou dificultar os acordos.

Após a conclusão dos trabalhos de demarcação, mesmo aquelas reduções que não estiveram implicadas diretamente na permuta passaram a recorrer ao expediente da comunicação escrita, como podem comprovar inúmeros documentos coloniais.<sup>40</sup> Esses papéis são as atas dos *cabildos* missioneiros, e registram informações que versam tanto a respeito do gerenciamento interno de cada redução como os problemas advindos da convivência com outras parcialidades indígenas. Essa situação confirma que a escrita indígena esteve durante muitos anos controlada e vigiada pelos jesuítas. Diante de um período de crise, houve uma mudança radical nas regras da vida reducional, possibilitando que a escritura indígena agora fosse liberada e incorporada ao cotidiano missioneiro, período em que refletiu o protagonismo indígena.

Com o término da resistência guarani oriental, o governador de Buenos Aires tratou de prestar contas ao monarca espanhol dos últimos acontecimentos. Andonaegui enviou como anexo de sua correspondência a Espanha, um conjunto de traduções de documentos indígenas, material apreendido nas reduções orientais com informações sobre a movimentação prévia à batalha de Caiboaté.<sup>41</sup> Entre os documentos enviados a Madri, está uma cópia da carta de Valentin Ybarigua a Sepé, mencionada anteriormente, e a tradução de uma carta do *cabildo* de São João, realizada por Primo Ybarendá.

Quanto a estes dois índios sabemos que Ybarigua era administrador da redução de São Miguel e que este recorreu novamente à escrita, passados mais de dez anos do conflito nas missões, em agosto de 1768. Nessa ocasião escreveu ao governador de Buenos Aires duas breves cartas, em língua guarani. O surpreendente é que uma dessas cartas apresenta data de 12 de agosto, e a outra de 13 de agosto. Entretanto, a principal diferença entre elas é que a do dia 12 apresenta como destinatário o governador Francisco Bruno

---

<sup>40</sup> Museu Mitre (Buenos Aires). *Colección de documentos Guaraníes*.

<sup>41</sup> A. G. I. Legajo 42, folios 1089 a 1119; A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7410.

de Zavala, e a outra o governador Francisco Bucarelli; indicando possivelmente que Ybarigua tomou conhecimento da mudança de governador e rapidamente procurou saudá-lo.<sup>42</sup>

Por sua vez, a tradução da carta do *cabildo* de São João, realizada em 1756, coube ao escrivão de São Miguel, Primo Ybarena. A respeito desse índio sabemos que era considerado “algo vivaracho, y mas que algo revoltosillo”, segundo a avaliação de um jesuíta que conviveu com o mesmo.<sup>43</sup> Um comentário bastante oportuno, principalmente pelo fato de que Ybarena, em 1768, seguia ativo na função de escrivão do *cabildo* miguelista. Nesse ano, por ordem do governador de Buenos Aires, Ybarena lavrou os documentos contendo as declarações tomadas diante do processo que o mandatário portenho mandou formar por ocasião de sua passagem por essa redução. Ao final desses depoimentos escrevia em espanhol: “ante mi secretario de cavildo Primo Ybarena”.<sup>44</sup>

Em 1771, Ybarena e os demais integrantes do *cabildo* de São Miguel deixariam mais um indício de sua presença. Enviaram um ofício ao administrador Julian Gregório solicitando o repasse dos recursos resultantes da venda dos produtos oriundos dessa redução em Buenos Aires. Esse ofício também foi redigido em espanhol.<sup>45</sup>

Uma última evidência de Ybarena localizamos em 1786, em um memorial da redução de São Miguel, um documento bilingüe que apresenta texto em guarani, mas onde figura a seguinte informação: “[...] que el Corregidor es apto, y instruido en el Yndioma castellano, expongase en el legalmente lo que contiene esta presentación [...]”. Todavia, devido à validação da tradução “fiel y legalmente del Guarani al Castellano”, o documento foi assinado em 15 de julho de 1786 na redução de São Luís Gonzaga.<sup>46</sup> O aspecto singular desse memorial coletivo de São Miguel, além do pedido de substituição ao governador de Buenos Aires do administrador dessa redução Manuel Burgos, homem de “poco espíritu y tanto tardo em

---

<sup>42</sup> A. G. N. Sala IX, 6, 10, 7.

<sup>43</sup> A. H. N. Legajo 120, caja 2 documento 75.

<sup>44</sup> A. G. S. Secretaria de Estado. Legajo 7408, documento 14: URUGUAY (1768) El gobernador de aquellos Pueblos Don Francisco Bruno de Zabala; copia de sus oficios al Gobernador de Viamon y al Comandante de Río Pardo para que se retiren de los puestos, restituyen los Yndios y ganados, y entregen los desertores: Respuestas que han dado. Declaraciones de cinco peones que se cogieron hurtando ganado, y su carta informe con aquello acompaña.

<sup>45</sup> A. G. N. Sala IX, 18, 5, 2.

<sup>46</sup> A. G. N. Sala IX, 18, 3, 5.

resolver”, é o fato de que ao final do documento figura a seguinte expressão: *Opa catu oyerure reco rupi Casiques chebe amoí Cherera ape Primo Ybarenda (a ruegos de todos los Casiques que no saben firmar pongo mi nombre aqui Primo Ybarenda)*. Portanto, após anos como secretário bilingüe, Ybarenda teve seus méritos letrados reconhecidos, principalmente por parte dos caciques ágrafos, quando atuou a pedido desses como avalista na celebração do referido memorial coletivo.

Essa breve exposição a respeito da trajetória de Valentin Ybarigua (administrador), e sobretudo a de Primo Ybarenda (escrivão), remetem a um tema muito polêmico e presente nos debates sobre as reduções: o ensino de espanhol aos índios. Deveriam os jesuítas acatar a determinação real da instrução em castelhano? Como em toda América de colonização espanhola, os jesuítas não executaram plenamente as ordens reais, tampouco havia quem os obrigasse (Gonzalbo, 2000).

Certamente Ybarenda é um exemplo singular de índio superespecializado na escrita. É um *Quatiapohara*. Sua capacidade letrada está relacionada ao tema do ensino lingüístico ministrado nas reduções, visto que apenas alguns índios foram instrumentalizados nas “artes de ler escrever e contar”. Entretanto, mesmo diante do ensino restrito das habilidades letradas na língua de Cervantes, muitos Guarani aprenderam a falar o castelhano. Todavia, poucos sabiam ler algumas palavras, e ainda eram mais raros os que dominavam a escrita nesse idioma. Houve muitas possibilidades de apropriações aurais (de ouvido) da língua espanhola pelos índios missioneiros; em determinadas ocasiões aprendiam algumas expressões verbalizadas por aqueles índios que, em alguma ocasião, viajavam a Buenos Aires ou Montevideú, ou mesmo com aqueles que haviam vivido algum período fora das reduções (Neumann, 1996).

Uma vez encerrados os trabalhos de demarcação e, principalmente, com a expulsão dos jesuítas em 1767, acentuou-se o uso cada vez mais reservado da escrita por parte dos índios letrados. A escrita passou, cada vez mais, a ser um atributo exclusivo e restrito de uma elite indígena que gradativamente deixava de refletir as preocupações coletivas da população missioneira. Através do controle da escrita, alguns integrantes dessa elite procuravam obter algum benefício, ou mesmo recorriam ao papel para denunciar os abusos cometidos por parte de algum administrador. Tal prática diferia bastante daquela manifesta pelos índios nos primeiros anos dos trabalhos de demarcação, quando utilizaram a escrita como um instrumento

de autogoverno. A escrita durante esses anos havia experimentado uma grande alteração nos seus padrões de uso nas reduções, mudanças deflagradas a partir da presença dos comissários demarcadores na região.

Portanto, a trajetória dos escritos de Ybarigua e Ybarenda é um exemplo das transformações que os índios letrados e, conseqüentemente, os usos e as práticas de escritura, sofreram em um espaço temporal relativamente breve, mas muito intenso, como foi o período aqui analisado, nas reduções guarani do Paraguai. Os documentos lavrados durante o período de demarcação, em sua maioria em língua guarani, foram redigidos por escritvães indígenas, mas também houve muitos casos em que a escrita esteve a cargo de um índio que desempenhava as funções de corregedor, administrador ou mesmo algum cacique. Entretanto, com o passar dos anos, a escrita passou a incidir quase que exclusivamente nas mãos dos *Quatiapohara* e, geralmente, ao final dos documentos figura a seguinte expressão: “Por mí y los demas del cabildo que no saven firmar”, e a seguir o nome do secretário.

A escrita estava cada vez mais restrita aos especialistas nesse ofício, refletindo as alterações operadas na organização social missioneira, época em que os correios deixaram de voar entre as reduções.

## Abreviaturas

- A. G. I. – Archivo General de Indias (Audiencia de Buenos Aires)
- A. G. N. – Archivo General de la Nación (Buenos Aires)
- A. G. S. – Archivo General de Simancas
- A. H. N. – Archivo Histórico Nacional (Madrid)
- R. A. H. – Real Academia de la Historia (Madrid)

## Referências

- AVELLANEDA, M. Orígenes de la alianza jesuítica-guaraní y su consolidación en el siglo XVII. *Memoria Americana: Cuadernos de Etnohistoria*, Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 8, p. 173-200, 1999.
- BARRAL, G. A. *Rebeliones indígenas en la América española*. Madrid: Mapfre, 1992.

- CARDIEL, J. Breve relación de las misiones del Paraguay. In: HERNANDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1913. v. 2, p. 514-614.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CHAMORRO, G. C. Una etnografía histórica de los Guaraní reducidos en las primeras décadas de la misión jesuítica en el Paraguay. In: MELIA, Bartomeu (Ed.). *Historia inacabada futuro incierto: VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*. Asunción, 2002. p. 37-52.
- CHARTIER Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, George (Dir.). *História da Vida Privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. Organização Roger Chartier. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 113-162.
- FURLONG, G. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Imprenta Balmes, 1962.
- GONZALBO, A. P. *Historia de la educación en la época colonial: el mundo indígena*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2000.
- GOODY, J. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- GOODY, J. *A domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- GRAELL, Francisco. *Passado missioneiro no diário de um oficial espanhol*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.
- GRUZINSKI, S. *La colonización de lo imaginario: sociedades indígenas y occidentalización en el México español: siglos XVI-XVIII*. México: F.C.E., 1991.
- GRUZINSKI, S. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999.
- HANSEN, J. Leituras coloniais. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leituras, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: Fapesp, 1999.
- LIENHARD, M. *La voz y su huella: Lima: escritura y conflicto étnico-social en América Latina (1492-1988)*. 3a ed. rev. y aum. Lima: Horizonte, 1992a.
- LIENHARD, M. *Testimonios, cartas y manifestaciones indígenas (Desde la conquista hasta comienzos del siglo XX)*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992b.

MELIA B. *La creación d'un langage chrétien dans les reductions des Guarani au Paraguay*. Thesis. Faculté de Théologie, Université de Strassbourg., Strasbourg, 1969. 2 v.

MELIA B. *La lengua Guarani del Paraguay: historia, sociedad y literatura*. Madrid: Ed. Mapfre, 1992.

MELIA B. La reducción según los Guaraníes: dichos y escritos. In: GADELHA, R. A. F. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1999. p. 55-64.

MESTRE SANCHIS, A. La carta, fuente de conocimiento histórico. *Revista de Historia Moderna: Anales de la Universidad de Alicante*, 18, p. 13-26, 1999-2000.

MORINIGIO, M. Sobre Cabildos indígenas de las Misiones. *Revista de la Academia de Entre-Rios*. Paraná, ano 1, n. 1, p. 29-37, 1946.

NEUMANN, E. *O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial (1640/1750)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

NEUMANN, E. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental – 1680/1757. *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, 26, p. 73-92, 2000.

ONG, W. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. São Paulo: Papyrus, 1998. p. 93-134.

TUN, H. Evolución de la escriptualidad entre los indígenas Guaraníes In: RIDRUEJO, Emilio; FUENTES, Maria (Coord.). *1º Simposio Antonio Tovar sobre lenguas Amerindias*. Todesillas, 2000. p. 9-23.

WILDE, G. *Antropologia historica del liderazgo Guarani Misionero (1750-1850)*. Tese (Doutorado)–Facultad de Filosofia y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2003.

XARQUE, F. *Insignes misioneros de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay*. Pamplona: Juan Micon, 1687.

Recebido em 07/05/2004

Aprovado em 02/08/2004